



## **COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

### **ATA NÚMERO 147/XII/2.ª SL**

Aos onze dias do mês de setembro de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 146;
2. Deliberação relativa ao escrutínio da seguinte iniciativa europeia:
  - COM(2013)447 – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO CONSELHO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Trabalhar juntos para os jovens europeus: Apelo à ação contra o desemprego dos jovens  
Deputado relator: GP do PSD;
3. Distribuição da seguinte iniciativa europeia selecionada:
  - COM(2013)460 – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros  
Deputado relator: GP do PS;
4. Deliberação sobre a proposta de retificação da Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto - Quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, apresentada pelos GP do PSD e do CDS-PP;
5. Outros assuntos.

Previamente à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, pôs à consideração da Comissão as seguintes questões:

Em primeiro lugar, relativamente à Proposta de Lei n.º 156/XII (GOV), informou terem os serviços detetado agora que a mesma não tinha sido submetida a consulta pública. Verificando tratar-se de um requisito necessário, sugeriu que, não obstante tratar-se de uma medida de exceção, aquela proposta de lei fosse então submetida a consulta pública

pelo prazo de 20 dias, não só por já ter dado entrada há algum tempo mas por a respetiva discussão, na generalidade, em Plenário estar agendada para o dia 17 de setembro. Informou que os parceiros sociais com assento na comissão de concertação social já se tinham pronunciado relativamente ao anteprojeto.

Interveio a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que, em síntese, disse que, por uma questão de rigor, parecer-lhe-ia preferível que a consulta pública fosse pelo prazo de 30 e não 20 dias, até porque, provavelmente, a proposta de lei não tinha sido remetida para consulta pública por falta de observação de todos os grupos parlamentares.

Também o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) se pronunciou dizendo que, levando em linha de conta os argumentos já aduzidos, ao GP do PSD não se afigura indesejável que o debate na generalidade em Plenário se mantenha para dia 17 de setembro e que a proposta de lei seja de forma célere submetida a apreciação pública pelo prazo de 20 dias, por forma a viabilizar, logo que possível, a respetiva discussão e votação na especialidade e a subsequente conclusão do procedimento legislativo.

Não se verificando consenso, foi submetida a votação a submissão a apreciação pública pelo prazo de 20 dias, a qual foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do PS.

Em segundo lugar, o Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão o processo de audições dos parceiros sociais relativamente à Proposta de Lei n.º 168/XII, sugerindo que fosse feito o respetivo agendamento para as duas semanas que antecedem as eleições autárquicas porque, embora tenha sido deliberado a não realização de plenários, as comissões podem reunir.

Tendo o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) esclarecido que, em sede de conferência de líderes, foi deliberado limitar ao máximo os trabalhos parlamentares nas semanas que antecedem as eleições autárquicas e a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) dado conta de algum desconforto por essas audições ocorrerem durante esse período, o Senhor Presidente propôs então que aquelas audições tivessem lugar no dia 1 de outubro (terça-feira), de manhã e de tarde; que a data-limite para entrega das propostas de alteração fosse fixada no dia seguinte, 2 de outubro (quarta-feira), até às 17 horas, e que no dia 3 de outubro (quinta-feira), de manhã, tivesse início a discussão e votação na especialidade.

Em terceiro lugar, o Senhor Presidente informou da necessidade de serem indicados Deputados da Comissão para as seguintes deslocações:

- Participação de delegação da Assembleia da República na "*Interparliamentary conference under Article 13 of the Treaty on Stability, Coordination and Governance in the Economic and Monetary Union*" | Vilnius, Lituânia, 16-18 outubro 2013: Presidente da CSST e Deputado do GP do PSD;
- Participação de dois Deputados no *interparliamentary Seminar on "Improving employment conditions of young workers (under the age of 18)"* | Paris, 18 outubro, a convite da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia parlamentar do Conselho da Europa;
- Participação de um Deputado do PSD num Debate sobre "Liberdade de Circulação e Sistemas nacionais de proteção social" | Copenhaga, 21 de outubro.

Retomando a Ordem do Dia, o Senhor Presidente pôs à votação a ata n.º 146 referente à reunião do dia 5 de setembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No segundo ponto da Ordem do Dia, foi deliberado escrutinar a COM(2013)447 – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO CONSELHO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Trabalhar juntos para os jovens europeus: Apelo à ação contra o desemprego dos jovens, tendo sido indicada como relatora a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD).

No ponto seguinte, foi designada a Senhora Deputada Idália Salvador Serrão (PS) relatora da COM(2013)460 – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros.

No quarto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) usou da palavra para explicar que, com a declaração de retificação apresentada, os GP do PSD e do CDS-PP pretendem tão só a substituição das incorreções verificadas na lei agora publicada.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP), discordando daquela argumentação, disse que, de acordo com o artigo 5.º da lei formulário, não estão em causa retificações mas alterações profundas à lei, que devem passar por um novo processo legislativo. Lembrou que o Deputado Jorge Machado, em tempo, chamou a atenção para as soluções constantes da lei.

Também o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) corroborou que a lei publicada no Diário da República corresponde ao texto do decreto assinado pela Presidente da Assembleia da

República, que, por sua vez, corresponde ao texto final aprovado pela Comissão de Segurança Social e Trabalho.

Prosseguiu dizendo que, se a declaração de retificação for aprovada, tratar-se-á de uma alteração ilegal da lei por violação da lei formulário e informou que o GP do PCP vai suscitar aquela questão em sede de conferência de líderes.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) esclareceu que só há lugar a uma retificação quando se verificam discrepâncias entre o texto publicado e o texto aprovado, não sendo esse o caso em apreço.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) e a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) discordaram da interpretação dos Deputados que intervieram anteriormente e mantiveram que estão em causa incorreções.

O Senhor Presidente questionou de seguida quais os grupos parlamentares que acompanhavam os grupos parlamentares que apresentaram a declaração de retificação, concluindo não se verificar consenso, por oposição dos GP do PS e do PCP.

A final, o Senhor Presidente informou que a próxima reunião seria agendada para o próximo dia 17 de setembro, pelas 14h00.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2013.

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 11 de setembro de 2013**

**Folha de Presenças**  
(Ata n.º 147/XII/ 2.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Adriano Rafael Moreira  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Clara Marques Mendes  
Joana Barata Lopes  
João Paulo Pedrosa  
José Manuel Canavarro  
Mário Ruivo  
Rui Jorge Caetano  
Sónia Fertuzinhos  
Teresa Costa Santos  
Emília Santos  
Inês de Medeiros  
João Oliveira  
Raúl de Almeida  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Idália Salvador Serrão  
João Figueiredo  
Jorge Machado  
Maria das Mercês Borges  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Sá  
Pedro Roque

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Vieira da Silva

